



## EDITAL

### PREGÃO PRESENCIAL COCEL N.º 005/2018

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, por intermédio de seu **Diretor Administrativo**, Sr. **Nelson Chagas**, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei n.º **10.520**, de 17/07/2002, pelo Decreto n.º **3.555**, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos **3.693**, de 20/12/2000 e pelo Decreto **3.784**, de 06/04/2001, e subsidiariamente pela Lei **8.666**, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, observando-se ainda a Lei Complementar n.º **123**, de 15/12/2006 e alterações, realizará **PREGÃO PRESENCIAL COCEL de n.º 005/2018 do tipo "MENOR PREÇO"**, que tem por objetivo a contratação de empresa para a prestação de serviço de mão de obra para corte, religação e vistorias em unidades consumidoras, em conformidade com as quantidades e especificações constantes do ANEXO I do presente Edital.

#### 1 – DA ABERTURA

**1.1** A abertura do presente Pregão dar-se-á em sessão pública, a ser realizada no dia e local indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital:

DATA DA ABERTURA: **08/03/2018**

HORA: **09:00 HORAS**

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DA COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL - RUA RUI BARBOSA, 520, CENTRO, CAMPO LARGO – PR.

**1.2** Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**1.3** Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

**1.4** Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente Edital.

**1.5** Será comunicado por escrito, às empresas que retirarem o Edital, e divulgado aos demais, pelos mesmos meios de divulgação inicial, qualquer alteração que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

**1.6** Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes de Documentação Complementar e Propostas fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

**1.7** Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes. Serão abertos os



envelopes 1, que contém as "Propostas de Preços", sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

## 2 – DO OBJETO

**2.1** Constitui objeto do presente pregão contratação de empresa para a prestação de serviço de mão de obra para corte, religação e vistorias em unidades consumidoras, em conformidade com as quantidades e especificações descritas no Anexo I do presente Edital.

**2.2** Os recursos destinados a esta licitação estão previstos no Orçamento anual do exercício de 2018.

Item orçamentário	Conta Contábil
17452	615.05.1.1.21.055.4530

## 3 – DA PARTICIPAÇÃO

**3.1** Somente poderão participar do presente Pregão Presencial as empresas regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

**3.2** Não poderão participar deste pregão, as empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, conforme previsto nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

**3.3** Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

**3.4** De acordo com o estabelecido no inciso III, do artigo 9º, da Lei 8.666/93, não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação qualquer pessoa que mantenha vínculo empregatício perante a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, bem como proponentes que possuam empregados da **COCEL** no seu quadro de pessoal, inclusive na condição de dirigente ou sócio.

**3.5** Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

## 4 – DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

**4.1** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço discriminado no subitem **18.14** deste Edital, cabendo ao (a) Pregoeiro(a) decidir sobre a petição até o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**4.2** Caso seja acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**4.3** A COCEL informará acerca dos esclarecimentos a todos os proponentes que tenham retirado o presente edital, à pessoa e endereço indicados pelo interessado por ocasião de sua retirada, disponibilizando-os, na Internet, no site **[www.cocel.com.br](http://www.cocel.com.br)**.



## 5 – DO CREDENCIAMENTO

**5.1** Às empresas que participarem do presente Pregão, será permitido apenas 01 (um) representante legal que será o único admitido a intervir em nome da mesma, devendo se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, no horário determinado. Devidamente munido de documento que o credencie (modelo anexo IV) a participar deste procedimento licitatório, sendo que no ato da entrega dos envelopes, deverá identificar-se exibindo a Carteira de identidade ou outro documento equivalente, e ainda, efetuar a entrega da **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, previstos no inciso VII do artigo 4º, da Lei 10.520/02, conforme (modelo ANEXO II).

**5.2** Por credenciais entendem-se:

- a) Habilitação do representante, mediante instrumento público de procuração, preferencialmente, ou instrumento particular com firma reconhecida, na forma do Código Civil, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada de cópia do ato (Contrato Social) de investidura do outorgante, no qual se declare, expressamente, ter poderes para a outorga (modelo anexo IV).
- b) Caso seja sócio ou titular da empresa, apresentar documentos que comprovem sua capacidade de representar a mesma, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. (Contrato Social ou Estatuto).

**5.3** Estes documentos deverão ser apresentados ao Pregoeiro no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes contendo Proposta e Documentação. Poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas, ou por cópia não autenticada, desde que seja exibido o original, para confirmação pelo Pregoeiro da COCEL, ou por publicações em órgãos da Imprensa Oficial, e serão recebidos condicionalmente pelo Pregoeiro que se julgar necessário, verificará a sua autenticidade e veracidade.

**5.4** A não apresentação, incorreção do documento de credenciamento ou ausência do representante, não importará na desclassificação da sua proposta no presente certame. Contudo, o proponente não poderá apresentar lances verbais, e nem fazer qualquer manifestação em nome da mesma na sessão de pregão.

## 6 – DOS ENVELOPES

**6.1** Os envelopes com a “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO”, deverão ser entregues ao Pregoeiro da COCEL, até a data, e horário estabelecidos no item I deste Edital, fechados por cola ou lacre, com as seguintes indicações:

### **a) ENVELOPE DE PROPOSTA:**

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR. – CEP 83601-140.

**PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 005/2018.**



**Data de abertura: 08/03/2018.**

**Horário de abertura: 09:00 horas**

Conteúdo: Proposta de Preços/Envelope n.º 01.

Proponente:

CNPJ. N.º:

**b) ENVELOPE PARA HABILITAÇÃO:**

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR. – CEP 83601-140.

**PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 005/2018.**

**Data de abertura: 08/03/2018.**

**Horário de abertura: 09:00 horas**

Conteúdo: Documentos para Habilitação/Envelope n.º 02.

Proponente:

CNPJ. N.º:

**6.2** O n.º do CNPJ informado na parte externa do envelope servirá de base para consulta “on line” ao cadastramento da COCEL.

**6.3** Juntamente com os envelopes de proposta e documentação, deverá ser entregue ao Pregoeiro, **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, sem a qual ficará a empresa interessada impedida de participar do certame.

**6.4** As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123/06, de 14 de dezembro de 2006, deverão comprovar sua condição através da apresentação de **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme (modelo anexo V), a qual deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os documentos descritos no item **6.3** do Edital.

**7 – DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE N.º 1)**

**7.1** O envelope “PROPOSTA DE PREÇO” deverá conter a proposta do proponente, a qual deverá ser apresentada conforme modelo de proposta que integra o Anexo VI do presente Edital, observando-se as seguintes disposições:

- a) Ser apresentada em uma via, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado do proponente ou identificada com o n.º do **CNPJ**, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo suas folhas ser numeradas e rubricadas e a última assinada por seu representante legal;
- b) O preço proposto deverá ser expresso em Real (R\$), em algarismos e por extenso, devendo ser apresentado o valor unitário e o valor total, não se admitindo cotação em moeda estrangeira;
- c) No preço proposto e nos lances que oferecer, já deverá estar incluído todos os custos necessários para o fornecimento do objeto da licitação, bem como



todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, deslocamentos, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;

- d) Conter prazo de validade de 60 (sessenta) dias, no mínimo, contados a partir da data da abertura da proposta;
- e) Serão classificadas as propostas que apresentarem preço unitário igual ou inferior ao preço máximo descrito no Anexo I do presente Edital.

**7.2** Apenas para efeito de ordenamento de valores das propostas, ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.

**7.3** Os preços iniciais propostos serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

## **8 – DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 2)**

**8.1** Do envelope n.º 02 – “DA HABILITAÇÃO”, deverão constar os seguintes documentos, válidos na data de abertura desta licitação:

**8.1.1** - Para comprovação da habilitação jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo em vigor, Estatuto e Ata de Assembléia Geral e respectivas alterações, devidamente registrados, no caso de sociedades por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) ato constitutivo em vigor, Contrato Social e respectivas alterações, devidamente registrados, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada;
- d) inscrição do ato constitutivo em vigor, Estatuto e Ata de Assembléia Geral ou Contrato Social, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- f) declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores), nos termos da Lei n.º 9.854, de 27/10/99 (modelo Anexo III);
- g) **Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte, se optar em usufruir dos benefícios da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, deverá apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial ou Prova da inscrição no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, que comprove a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Em se tratando de sociedade simples, o documento á comprovar a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) deve ser expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.**



**8.1.2 - Para comprovação da regularidade fiscal:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto a ser cotado pelo proponente;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedido pela Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- h) **prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei nº 12.440 de 7 de julho de 2011.**

**8.1.3 -** No mínimo 01 (um) atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de acordo com o objeto da presente licitação, em nome de profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente (engenheiro eletricista, engenheiro de operações, tecnólogo ou técnico com atribuições em eletrotécnica) e integrante do quadro permanente da licitante ou contratado, sendo que o vínculo entre o profissional e a empresa licitante deverá ser comprovado mediante a apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

**8.1.4 - Para a comprovação da qualificação econômico-financeira:**

- a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis, já exigíveis, referentes ao último exercício social, assinados pelos administradores da empresa e por contabilista legalmente habilitado, observadas as seguintes determinações:
  - No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada da publicação do Balanço em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede do licitante;
  - Para as demais formas societárias, o balanço patrimonial deverá ser acompanhado dos termos de abertura e de fechamento do Livro Diário, devidamente registrados;





- Para microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no SIMPLES, a exigência pertinente a balanço patrimonial será atendida mediante a apresentação do resumo de suas demonstrações contábeis, e
- Tratando-se de empresa constituída no corrente exercício, ou que não completaram seu primeiro exercício social, poderá apresentar o balancete referente ao mês imediatamente anterior à data de publicação do Edital, obedecido os aspectos legais e formais de sua elaboração.

**b) certidão negativa dos cartórios de registro de falências do local da sede do proponente.**

**8.1.5** - O Certificado de Registro Cadastral, fornecido pela **COCEL**, válido na data de abertura desta licitação, substituirá a apresentação dos documentos exigidos nos itens: - **8.1.1 nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e"; - 8.1.2 nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h"; - 8.1.3 na alínea "a"; - 8.1.4 nas alíneas "a" e "b".** Os proponentes ficam obrigados a apresentar, na fase de habilitação do procedimento licitatório, os documentos válidos em substituição àqueles que estejam vencidos e que deram origem à emissão do Certificado de Registro Cadastral da **COCEL** (CRC). O Certificado de Registro Cadastral da **COCEL** (CRC) da matriz não dispensa as filiais da apresentação de CRC próprio.

Para os documentos sem data de validade será considerado prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão (atestados de fornecimento/serviço continuam sem data de vencimento/expiração, a menos que esteja determinado em seu texto).

**8.1.6** - Os documentos necessários à habilitação do proponente deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por cópia não autenticada, desde que seja exibido o original, para confirmação e autenticação por parte do(a) PREGOEIRO(A)/EQUIPE DE APOIO, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

**8.1.7** – As empresas que não apresentarem todos os documentos exigidos, ou apresentarem incompletos, incorretos, serão consideradas inabilitadas.

**8.1.8** – As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:

a) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial será contado do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no



art. 81 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## **9 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES**

**9.1** No dia, hora e local designado neste Edital, na presença dos representantes dos proponentes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o PREGOEIRO receberá dos representantes credenciados a **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, as microempresas ou empresas de pequeno porte, que optarem em utilizar os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar a **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, e, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, as propostas de preços e a documentação exigida para habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

**9.2** Quando os envelopes forem enviados pelo Correio ou outro meio que não seja o seu representante legal, as empresas interessadas em participar do certame licitatório, deverão enviar além dos envelopes citados no item 6.1, outro envelope contendo a **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, previsto no inciso VII do artigo 4º, da Lei 10.520/02, entregue de acordo com o horário estabelecido neste Edital, para abertura da licitação, sob pena de estar impedido de participar do certame licitatório.

**9.3** Declarada aberta a sessão pelo(a) Pregoeiro(a), não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início aos trabalhos do pregão.

**9.4** Primeiramente serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, sendo verificada sua conformidade e posterior rubrica.

**9.5** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**9.6** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**9.7** Os envelopes contendo documentos de habilitação, que não forem abertos durante o certame, serão disponibilizados, fechados, aos respectivos proponentes, após a formalização da contratação.

## **10 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**10.1** Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, apresente vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes, assim como, a que não se encontre em conformidade com os requisitos estabelecidos no presente Edital.

**10.2** O(A) PREGOEIRO(A) informará aos participantes presentes quais proponentes apresentaram propostas de preço para fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores apresentados.

**10.3** Serão classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), o proponente que apresentar a proposta de menor preço e as demais cujas propostas estejam com preços





superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, conforme disposto no inciso VIII do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, para lances verbais.

**10.3.1** Caso não haja, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) classificará as melhores propostas, até que haja no máximo 03 (três), quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme disposto no inciso IX da Lei nº 10.520/02.

**10.4** Aos proponentes classificados conforme estabelecido no subitem 10.3 ou 10.3.1, será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes em relação ao menor lance oferecido pelos demais licitantes.

**10.5** O(A) Pregoeiro(a) convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e, as demais, em ordem decrescente de valor.

**10.6** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará na exclusão do proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo mesmo, para efeito de classificação final das propostas para o item em disputa.

**10.7** Caso não mais se realize lance verbal, será encerrado a etapa competitiva e classificadas as ofertas, a partir da proposta de menor preço.

**10.8** O(A) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do preço ofertado da primeira classificada, procedendo a negociação, se for o caso, e decidindo motivadamente a respeito.

**10.9** Será dado o direito de preferência para MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE, para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, desde que seu último lance esteja no intervalo de 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, conforme determina o art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06.

**10.10** Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da proponente que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

**10.11** Constatado o atendimento pleno das exigências do Edital, o(a) Sr(a). Pregoeiro(a) declarará a vencedora, podendo ser adjudicado o objeto da presente licitação.

**10.12** Se o proponente desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda essas condições, sendo a respectiva declarada vencedora, e a ela adjudicado o objeto do certame.

**10.13** O(A) Pregoeiro(a) deverá negociar diretamente com o proponente, quando o preço não for aceitável, para que seja obtido preço melhor, nas situações previstas nos subitens 10.8, 10.9 e 10.11.

**10.14** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a), pela Equipe de Apoio e pelos representantes dos proponentes presentes. Os envelopes das demais proponentes, ficarão de posse da COCEL, que os devolverá



após atendimento do objeto licitado, ou os incinerará caso não seja retirado no prazo de 30 dias, após resultado final do pregão.

**10.15** Em caso de divergência entre informações contidas em catálogos ou impressos explicativos e na proposta específica prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão às primeiras.

**10.16** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente as penalidades cabíveis.

**10.17** O proponente vencedor deverá apresentar, em até 3 (três) dias úteis após o comunicado da aprovação da habilitação, a PROPOSTA COMERCIAL redigida em português, assinada pelo seu representante legal, devidamente identificado, com os respectivos valores ajustados ao valor adjudicado (menor preço) na sessão pública do Pregão, em papel timbrado ou personalizado, contendo razão social completa do proponente, endereço, telefone, fax e e-mail da empresa, no seguinte endereço:

- SALA DA DIVISÃO DE LOGÍSTICA E COMPRA DA COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL - RUA RUI BARBOSA, 520, CENTRO, CAMPO LARGO – PR.

**10.18** Após a adjudicação pelo(a) Pregoeiro(a) do objeto da licitação, o processo será encaminhado devidamente instruído, para homologação pelo Diretor Administrativo da COCEL.

## **11 – DAS CONDIÇÕES GERAIS A SEREM ATENDIDAS**

**11.1** A empresa CONTRATADA fica obrigada ao cumprimento, dentre outros, dos itens constantes das cláusulas da Minuta de Contrato em anexo.

## **12 – DO CONTRATO**

**12.1** Será firmado contrato entre a COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, e a empresa vencedora, conforme minuta anexa a este Edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da intimação para assinatura do mesmo, relativo ao fornecimento do objeto deste Edital.

**12.2** Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo proponente vencedor que tenham servido de base para a presente licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

**12.3** No ato da celebração do contrato, resultado do presente procedimento licitatório, o proponente vencedor deverá apresentar garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, por meio de uma das seguintes modalidades:

- carta de fiança bancária;
- seguro-garantia;
- caução em dinheiro.

**12.4** O proponente vencedor deverá manter sede própria ou escritório de representação na cidade de Campo Largo, Curitiba ou região metropolitana.

**12.5** O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campo Largo.



**12.6** Caso o proponente selecionado, venha a desistir da assinatura do Contrato, hipótese prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93, a COCEL reserva-se no direito de aplicar, no que couber, as sanções previstas no art. 87 da mencionada lei.

### **13 - DA EXECUÇÃO**

**13.1** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da COCEL, especialmente designado pelo Diretor Presidente.

**13.2** A fiscalização será exercida no interesse da COCEL e não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

**13.3** A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário sobre o objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

### **14 – DO PAGAMENTO e PRAZOS**

**14.1** – O pagamento pela prestação dos serviços, objeto da presente licitação, será efetuado mensalmente até o 7º (sétimo) dia útil, a contar da data de apresentação na sede da COCEL da nota fiscal/fatura sob protocolo, cuja emissão dar-se-á até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

**14.2** - O pagamento será realizado de acordo com os cortes, religações ou vistorias com suspensão do fornecimento de energia elétrica efetivamente realizados.

**14.3** - Caso estes serviços não sejam executados na integra (não efetivação do desligamento ou da religação por motivos alheios à vontade do CONTRATADO), o valor do serviço será reduzido em 50%.

**14.4** - O prazo para a execução dos serviços objeto da presente licitação é de 12 (doze) meses, e inicia na data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, à critério da COCEL, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

**14.5** – Em caso de prorrogação do prazo de execução dos serviços, o valor pela execução do objeto da presente licitação será reajustado a cada período de 12 (doze) meses, tomando-se os valores e corrigindo monetariamente pelo IGPM/FGV ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

**14.6** O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo constante da Proposta, bem como o indicado para consulta durante a fase de habilitação.

### **15 – DAS SANÇÕES**

**15.1** O proponente que ensejar o retardamento dos trabalhos do certame licitatório, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a COCEL, pelo prazo de 2 (dois) anos, ou pelo prazo que permanecerem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



**15.2** Pelo atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto contratado, erro, imperfeição, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a empresa Adjudicatária estará sujeita, segundo a extensão da falta cometida, às sanções previstas no artigo 86 e 97, da Lei 8.666/93 e da Lei 10.520/02, garantida prévia defesa.

- Advertência;
- Multa(s), que deverá(ão) ser paga(s) a COCEL, ou descontadas de valores a receber, de acordo com informações fornecidas pela Administração:
  - a) De 0,2% (dois décimos por cento) no valor do Contrato ou da parte não entregue por dia de atraso, pelo descumprimento dos prazos de entrega dos objetos previstos neste Edital, limitada a 6% (seis por cento);
  - b) De 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do contrato.
- Ficará impedido de participar em licitação e de contratar com a COCEL, por prazo de 02 (dois) anos, com base na Lei 10.520/02 e Decreto 3.555/00.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

**15.3** Poderá ainda ser aplicada a multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou da parte correspondente à parcela que estiver em inadimplemento.

**15.4** No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**15.5** Se o valor da penalidade não for pago administrativamente, será cobrado judicialmente.

## **16 – DOS RECURSOS**

**16.1** Ao final da sessão, qualquer proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais proponentes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual prazo, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

**16.2** A falta de manifestação imediata e motivada do proponente importará a decadência do direito de recurso.

**16.3** Em caso de recurso o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a adjudicação do objeto ao vencedor, até a decisão de mérito do recurso.

**16.4** O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

**16.5** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**16.6** A manifestação do recurso deverá ser feita na própria sessão do pregão e será reduzida a termo em ata.



**16.7** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará a licitação ao(s) vencedor(es) e encaminhará o processo para homologação da autoridade superior.

**16.8** Dos atos da Administração após a celebração do Contrato, decorrente da aplicação da Lei n.º 8.666/93, caberá:

- Recurso dirigido ao Diretor Presidente da COCEL, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolado no endereço referido no subitem 17.14 deste Edital, nos casos de:
  - a) Anulação ou revogação da licitação;
  - b) Rescisão do Contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;
  - c) Aplicação das sanções de advertência, multa ou suspensão temporária.
- Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação de decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

**16.9** – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93).

## **17 - DA INDICAÇÃO DO(A) PREGOEIRO(A) E EQUIPE DE APOIO.**

**17.1** A **Pregoeira** responsável pelo presente Pregão Presencial será a **Srª. Simone de F. Camillo**, designada pela Portaria n.º 01/2018, de 02/01/2018, e **equipe de apoio**, pelo Sr. **Marco Antonio Munari**.

**17.2** Na ausência do(a) Pregoeiro(a) responsável, o presente pregão será conduzido e julgado por um dos pregoeiros designados pela Portaria n.º 01/2018, de 02/01/2018.

## **18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1** O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta do proponente vencedor, serão partes integrantes do instrumento contratual, independentemente de transcrição.

**18.2** Caberá ao(a) Pregoeiro(a) definir o tempo de que dispõem os licitantes para oferecerem seus lances verbais.

**18.3** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**18.4** Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação exigida pelo presente Edital, cujo desconhecimento não poderá alegar.

**18.5** A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**18.6** O Diretor Presidente da COCEL poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la



por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**18.7** Os recursos ou impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

**18.8** É facultada ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**18.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

**18.10** As normas que disciplinam este pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e a segurança jurídica da contratação.

**18.11** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**18.12** Será competente o Foro da Comarca de Campo Largo, para solução das questões oriundas do presente Edital.

**18.13** Os participantes da presente licitação autorizam a filmagem e gravação dos trabalhos desenvolvidos durante a presente seção.

**18.14** Quaisquer dúvidas existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL, na Rua Rui Barbosa, n.º 520, em Campo Largo, Paraná, até 02 (dois) dias anteriores à data de abertura da licitação, as quais serão respondidas, igualmente por escrito, por meio de circular encaminhada a todos os interessados. Demais informações poderão ser obtidas através do email [simone@cocel.com.br](mailto:simone@cocel.com.br); ou pelos telefones (0xx-41) 2169-2122 e 2169-2144.

**18.15** Cópias do Edital e seus anexos serão entregues no endereço citado anteriormente, nos horários de 8:30 às 11:30 e de 13:30 às 16:30 horas, ou podendo ser retirado no site [www.cocel.com.br](http://www.cocel.com.br).

**18.16** A adjudicação do resultado desta licitação não implica em direito à obrigatoriedade de ser adquirido o objeto pretendido.

**18.17** Aos casos omissos aplicam-se as demais disposições da Lei nº 8.666/93 e na legislação vigente.

**18.18** Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo de Declaração de Idoneidade, de cumprimento dos requisitos de habilitação, e de inexistência de fato impeditivo;
- Anexo III - Modelo de Declaração de Observância ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- Anexo IV - Modelo de procuração de representante legal para credenciamento;





- Anexo V – Declaração de Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VI – Manual de Segurança e Medicina do Trabalho;
- Anexo VII – Registro de Acidentes com Contratados;
- Anexo VIII – Planilha de Registro de Acidentes com contratados;
- Anexo IX – Modelo para apresentação da Proposta;
- Anexo X – Minuta de Contrato.
- Anexo XI - Planilha de Orçamento do preço unitário da unidade de serviço (US)

Campo Largo, 19 de fevereiro de 2018.

**NELSON CHAGAS**  
**Diretor Administrativo**



## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto do Pregão Presencial n.º **005/2018**, a contratação de empresa para **prestação de serviços de corte, religação do fornecimento de energia elétrica, e vistoria dos consumidores que efetuam a religação a revelia, com preenchimento de Termo de Ocorrência e Inspeção – TOI**, em aproximadamente 38.400 (trinta e oito mil e quatrocentas) unidades consumidoras (área urbana e rural) no Município de Campo Largo, no período de 12 meses, executando-se aproximadamente 3.200 (três mil e duzentas) unidades consumidoras/mês.

- Os serviços deverão ser prestados durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, de forma a atender todos os pedidos formulados pela COCEL de corte, religação e vistorias em unidades consumidoras, devendo o licitante vencedor possuir meio de comunicação com a COCEL em regime de plantão.
- O licitante deverá possuir todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços de corte, religação e vistorias em unidades consumidoras, inclusive veículos equipados com rádios ou qualquer outro meio que possibilitem a comunicação a qualquer tempo entre a COCEL e o contratado.
- O licitante deverá cumprir os prazos previstos na Resolução Normativa n.º 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e demais normas do setor elétrico brasileiro, especialmente as disposições contidas na Norma Regulamentadora n.º 10 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
- Deverão ser observados pelo licitante vencedor os prazos para execução dos serviços de corte, religação e vistoria a contar do horário em que for expedida a ordem de serviço, ou seja:
  - ◆ 24 (vinte e quatro) horas, para a execução dos serviços de corte, religação e vistoria na área urbana;
  - ◆ 48 (quarenta e oito) horas, para a execução dos serviços de corte, religação e vistoria na área rural;
  - ◆ 04 (quatro) horas para a execução dos serviços de religação de urgência na área urbana;
  - ◆ 08 (oito) horas para a execução dos serviços de religação de urgência na área rural;
  - ◆ 04 (quatro) horas para a execução dos serviços de religação por corte indevido (área urbana e rural).
- O licitante vencedor deverá emitir o **“Termo de Ocorrência e Inspeção” – TOI**, conforme modelo fornecido pela COCEL, quando constatada religação a revelia ou rompimento do lacre, conforme previsto na Resolução n.º 414/2010 da ANEEL.
- A execução dos serviços será em toda área de concessão, que inclui consumidores da área urbana e rural.

**Definição dos serviços:**

- **Corte:** Suspensão do fornecimento de energia elétrica, serviço a ser executado na caixa de medição ou na rede de distribuição, decorrente da falta de pagamento pelo consumo de energia elétrica, ou por solicitação do consumidor;
- **Religação do fornecimento de energia elétrica:** reativação do fornecimento de energia elétrica na caixa de medição ou na rede de distribuição;
- **Vistoria com suspensão de fornecimento de energia elétrica:** serviço a ser executado nas unidades consumidoras que tiveram o fornecimento de energia elétrica suspenso, constatando-se religação à revelia com preenchimento de Termo de Ocorrência e Inspeção - TOI, acarretando nova suspensão do fornecimento de energia elétrica.

**Obs.:** Caso estes serviços não sejam executados na íntegra (não efetivação do desligamento ou da religação por motivos alheios à vontade do CONTRATADO), o valor do serviço será reduzido em 50%.

**Obs2.:** Os veículos utilizados para a prestação de serviços devem ser identificados com adesivos ou semelhante em que conste os dizeres "A SERVIÇO DA COCEL", e também o logotipo da COCEL.

**Obs3.:** O licitante vencedor deverá adotar identificação especial (uniforme completo) para todo o pessoal envolvido nos serviços, providenciando a retirada imediata de qualquer empregado que se apresente aos trabalhos sem o mesmo.

**Obs4.:** O licitante vencedor deverá formar 2 equipes, no mínimo, para atendimento dos serviços ou se adequar conforme a necessidade.

**PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO: R\$ 15,33 (Quinze reais e trinta e três centavos) por serviço realizado.**

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.

.....(Empresa)....., CNPJ nº ....., por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades legais, para fins de participação no **PREGÃO PRESENCIAL COCEL nº 005/2018**, que:

- Cumpre plenamente os requisitos de habilitação, previsto no inciso VII do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02;
- Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade do cumprimento do objeto;
- Aceita participar do Presente Pregão, nas condições estipuladas neste Edital e, caso vencedor, assume integralmente a responsabilidade pelo fornecimento do seu objeto;
- Não se encontra inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública;
- Cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos nesta licitação e inexistente fato impeditivo para tal.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

*(assinatura do proponente)*

*Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada juntamente com a Procuração (Anexo IV deste edital).*

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....(Empresa)....., CNPJ n.º ....., por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades legais, para fins de participação no **PREGÃO PRESENCIAL COCEL nº 005/2018**, na forma e sob as penas impostas pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

OBSERVAÇÃO: **Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz? SIM ( ) NÃO ( ).**

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

*(assinatura do proponente)*

## ANEXO IV

### PROCURAÇÃO

(Empresa) com sede (endereço), (CNJP), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is), ao final assinado(s), nomeia e constitui seu bastante procurador, ..... (nome), (qualificação), (RG), (CPF), (residência), ao qual outorga(m) poderes específicos para representar a outorgante no **PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 005/2018**, em especial para formular lances, manifestar intenção de interpor recursos ou declinar do direito de fazer uso do mesmo, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao referido PREGÃO, podendo ainda requerer, impugnar, desistir, assinar qualquer tipo de documento ou instrumento, que for necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Local, dia/mês/ano.

(Assinatura) \_\_\_\_\_

(nome e cargo do representante legal)

A procuração acima deverá ser apresentada em separado dos envelopes, diretamente ao(a) Pregoeiro(a) acompanhada de documento de Identificação, pelo representante designado pela proponente para a participação no referido certame.



## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - MODELO

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa ..... está inscrita como **MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, não estando incurso em nenhuma condição de que impeça de usufruir dos benefícios da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, para licitar ou contratar com a Administração Pública.

....., ..... de ..... de .....

.....  
(Assinatura do representante legal da empresa)

Obsv.: Esta declaração somente deverá ser apresentada junto com a credencial, se a empresa estiver registrada como microempresa e empresa de pequeno porte, e não tiver nenhum impeditivo de beneficiar-se da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, e quiser usufruir dos benefícios desta lei

## **ANEXO VI**

### **MANUAL DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**

#### **1. INTRODUÇÃO**

#### **2. OBJETIVOS**

#### **3. POLÍTICAS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**

#### **4. INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

- **Legislação**
- **Trabalhos com Segurança**
- **Regras de Segurança**
- **Investigação de Acidentes**
- **EPIs e EPCs**
- **Registros e Controles Estatísticos**
- **Divulgação aos Consumidores**
- **Segurança para Empreiteiras**

#### **5. INSTRUÇÕES DE MEDICINA DO TRABALHO**

- **Exame Médico de Admissão**
- **Exame Médico Periódico**
- **Exame Médico Especial**
- **Exame Médico de Retorno ao Trabalho**
- **Exame Médico de Demissão**
- **Disposições Gerais**

#### **6. CONCLUSÕES**



## 1. INTRODUÇÃO

Procedimentos e regras de *Segurança e Medicina do Trabalho* são elementos fundamentais para efetivos programas de *prevenção de acidentes* e de busca de melhor *qualidade de vida* para todos os colaboradores de uma empresa.

As orientações contidas neste manual refletem a política que a COCEL tem adotado e que deseja que os seus CONTRATADOS também venham a adotar.

Espera-se que cada CONTRATADO adapte procedimentos locais adicionais para a implantação e o aprimoramento dos procedimentos de *Segurança e de Medicina do Trabalho* quando se aplicarem às suas operações.

Este manual afirma o propósito da COCEL com a *Segurança e Saúde* de seus colaboradores e daqueles que representarão e preservarão pelo nome e imagem da COCEL.

A implantação efetiva de procedimentos, com a atenção específica dada às situações, condições e particularidades locais de cada CONTRATADO, assegurarão que esse compromisso seja obtido.

## 2. OBJETIVOS

Este manual foi elaborado no sentido de manter boas condições de trabalho e concretizar os objetivos da *Política de Segurança e Medicina do Trabalho* da COCEL, visando orientar seus CONTRATADOS e respectivos colaboradores sobre normas de conduta a serem seguidas, objetivando proporcionar um *ambiente de trabalho seguro e saudável* para todos, diminuindo os riscos de doenças e danos relacionados com o trabalho.

A COCEL e seus CONTRATADOS são obrigados a alcançar e demonstrar um desempenho satisfatório em relação à *segurança e saúde* de seus colaboradores em função das crescentes exigências da legislação e dos sindicatos, da preocupação na busca de maior produtividade e competitividade, e da maior conscientização da sociedade em geral quanto à necessidade de melhorar a qualidade de vida no trabalho.

## 3. POLÍTICAS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Segurança no trabalho significa a condição de estar seguro durante a execução de suas atividades no ambiente de trabalho. Segurança no trabalho é a certeza, a confiança, a garantia, a afirmação de que o colaborador voltará para sua casa em sua plena integridade física. Segurança no trabalho é a firmeza de suas atitudes no local de serviço, fazendo suas obrigações sem indecisão, sem dúvidas.

A COCEL tem como política proporcionar um *ambiente de trabalho* seguro e saudável para todos os seus empregados e parceiros, procurando reduzir ao máximo o risco de acidentes e de doenças do trabalho.

Isto é conseguido através da aplicação de procedimentos profissionais seguros. Esses procedimentos são aplicados aos processos de trabalho e aos equipamentos utilizados. E também através do treinamento adequado, para que os colaboradores executem seus trabalhos com SEGURANÇA.

Tal posicionamento também deverá ser seguido pelos CONTRATADOS.



As diretrizes principais de Segurança do Trabalho são as seguintes:

- Garantir o cumprimento dos dispositivos técnicos e legais pertinentes à segurança e saúde dos empregados, de conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho e suas Normas Regulamentadoras.
- Promover permanentemente o gerenciamento dos riscos ambientais envolvendo instalações, equipamentos, processos e procedimentos de trabalho, visando a prevenção de acidentes e o controle de perdas humanas e materiais.
- Promover a educação, capacitação, conscientização e motivação dos empregados, visando a melhoria contínua das habilidades e atitudes relativas à prevenção de acidentes, preservação da saúde e valorização do ser humano.
- Avaliar e promover a melhoria do estado de saúde dos empregados no ambiente de trabalho, visando à constante busca do equilíbrio bio-psicosocial.

As políticas de Segurança e Medicina do Trabalho da COCEL que também serão exigidas de seus CONTRATADOS são as seguintes:

- a) Integrar a análise e o controle dos riscos relativos à segurança e saúde dos empregados, ao seu próprio patrimônio e ao da COCEL e à proteção ao meio ambiente a todas as etapas das atividades, do projeto à manutenção.
- b) Buscar a preservação da integridade física e mental dos seus empregados e seus familiares, através de ações integradas das suas áreas de Segurança do Trabalho, Medicina do Trabalho, Serviço Social, Recrutamento, Seleção, Desenvolvimento, Treinamento e Meio Ambiente.
- c) Assegurar treinamento técnico e de segurança a todo empregado designado para área de risco, antes de assumir suas funções.
- d) Possibilitar uma estrutura dinâmica do seu Serviço de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho voltada a elaborar diretrizes e metas e dar suporte à prevenção de acidentes na sua Empresa.
- e) Atribuir aos seus gerentes, em cada área, a responsabilidade pela implementação das diretrizes e metas de prevenção de acidentes da Empresa e de terceiros.
- f) Priorizar ações preventivas e a obtenção de condições e recursos necessários para a execução das tarefas com segurança.
- g) Informar e orientar os consumidores, empregados e terceiros sobre os riscos decorrentes de nosso produto.
- h) Assegurar a todos os seus empregados o direito de adiar a realização de qualquer tarefa onde as medidas de segurança detectadas pela análise de risco não estejam satisfeitas.
- i) Considerar aspectos ergonômicos e de qualidade nos processos, métodos, equipamentos, veículos e materiais, com o objetivo de prevenir acidentes e assegurar a melhoria da qualidade de vida dos empregados e de terceiros.
- j) Atribuir aos seus supervisores e encarregados a promoção da prática de atitudes corretas dos empregados durante a execução dos trabalhos.
- k) Atribuir aos seus empregados a execução das tarefas com segurança, incluindo o uso dos equipamentos de proteção individuais e coletivos e o cumprimento das normas e instruções técnicas de segurança do trabalho.



- l) Exigir das suas empreiteiras o cumprimento da legislação vigente, bem como das normas e instruções internas relativas à segurança do trabalho e também de ações
- m) Complementares que assegurem a integridade física e mental dos seus empregados e de terceiros.
- n) Cumprir e fazer cumprir a legislação que trata da prevenção de acidentes do trabalho.
- o) Considerar a prática da segurança do trabalho como inerente a quaisquer serviços executados, não podendo ser deles dissociada.
- p) Integrar os conceitos de qualidade, produtividade e segurança do trabalho, visando o índice zero de acidente.

## 4. INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO

### 4.1 LEGISLAÇÃO

Na Lei n.º 6.514, de 22 de Dezembro de 1977 e na Portaria n.º 3.214, de 08 de Junho de 1978, o CONTRATADO encontrará as alterações atuais do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho.

Caberá ao CONTRATADO, também, o cumprimento de toda a legislação complementar referente ao assunto.

Com o objetivo de zelar pelo seu nome e imagem, a COCEL estabelecerá com os CONTRATADOS os seguintes acordos, relacionados ao cumprimento da Lei 6.514:

#### a) Disposições Gerais

- A COCEL fiscalizará as atividades relacionadas com segurança e medicina do trabalho desenvolvidas pelo CONTRATADO;
- A COCEL estabelecerá penalidades cabíveis por descumprimento das normas estabelecidas na legislação, providenciando as devidas notificações junto à Delegacia Regional do Trabalho.

#### **IMPORTANTE:**

A COCEL, antes do início das atividades contratadas, fiscalizará às seguintes situações junto aos CONTRATADOS:

- Relação dos empregados do CONTRATADO, contendo nome e cargo;
- Relação dos treinamentos realizados pelos empregados do CONTRATADO, conforme legislação vigente;
- Atestados de Saúde Ocupacional emitidos para os empregados do CONTRATADO, com a relação dos exames médicos realizados;
- Fichas dos EPIs entregues aos empregados do CONTRATADO, com a devida assinatura do recebimento. Essas fichas deverão conter o tipo, marca, modelo, fabricante, CA e prazo de validade dos equipamentos fornecidos;
- Plano de Segurança e Saúde do Trabalho, emitido por profissional habilitado, referente às atividades desenvolvidas pelo CONTRATADO a serviço da COCEL;
- Ordens de Serviço, emitidas pelo CONTRATADO, contendo a relação dos serviços a serem executados, os procedimentos de segurança que deverão ser seguidos e os EPIs e EPCs obrigatórios para a execução das tarefas;
- Indicação do representante do CONTRATADO para os assuntos de segurança

Pregão Presencial Cocei n.º.005/2018

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

Fone/Fax (0xx41) 2169-2121 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



- b) Da inspeção prévia e do embargo ou interdição
- A COCEL, sempre que ficar comprovada a existência de situações que comprometam a segurança e saúde dos seus empregados, a terceiros, ou ainda danos à sua propriedade por ocasião da execução de serviços de competência do CONTRATADO, exigirá a interrupção imediata dos serviços;
- c) Dos órgãos de segurança e medicina do trabalho do CONTRATADO
- A COCEL exigirá que os CONTRATADOS mantenham serviços de segurança e de medicina do trabalho, próprios ou contratados, de acordo com o dimensionamento estabelecido pela NR-4 da Portaria n.º 3.214, de 08 de Junho de 1978;
  - Independentemente de seus serviços de segurança e medicina do trabalho, os CONTRATADOS deverão participar dos programas estabelecidos pela COCEL para prevenção de acidentes e promoção da saúde física e mental de seus empregados;
  - Os CONTRATADOS deverão participar das reuniões das CIPAs da COCEL, em sua área de atuação, independentemente de terem ou não a sua própria CIPA, conforme estabelecido pela NR-5.
- d) Do equipamento de proteção individual e coletivo
- A COCEL fiscalizará, periodicamente, a situação de conservação e funcionamento dos equipamentos de proteção, individual ou coletivos, fornecidos pelos CONTRATADOS aos seus empregados.
- e) Das medidas preventivas de medicina do trabalho
- A COCEL estabelecerá, junto com os CONTRATADOS, uma sistemática para notificação das doenças profissionais e das produzidas em virtude de condições especiais de trabalho.
- f) Das instalações elétricas
- Os CONTRATADOS deverão garantir treinamento de modo a qualificar seus empregados para instalar, operar, inspecionar ou reparar instalações elétricas;
  - Todos os empregados dos CONTRATADOS deverão estar familiarizados com métodos de socorro a acidentados por choque elétrico e de combate a incêndio.
- g) Das atividades insalubres ou perigosas
- Os CONTRATADOS deverão estabelecer, tendo por base laudos técnicos emitidos por profissionais habilitados, quais serão as atividades consideradas insalubres ou perigosas aos seus empregados;
  - Nos estabelecimentos dos CONTRATADOS, deverão ter afixados nos setores de trabalho, avisos ou cartazes com advertência quanto aos materiais, substâncias ou serviços perigosos ou nocivos à saúde.
- h) Da prevenção da fadiga
- Será obrigatório o fornecimento de mobiliário de escritório, equipamentos e acessórios que assegurem posturas de trabalho ergonomicamente corretas.

## **4.2 TRABALHOS COM SEGURANÇA**





*Segurança* no trabalho indicará a condição de estar seguro no local onde os empregados desenvolvem suas atividades. É a certeza, a confiança, a garantia de que os empregados voltarão para suas casas em sua plena integridade física, pois adotarão atitudes firmes e decididas em seus locais de trabalho.

Os CONTRATADOS deverão proporcionar ambientes de trabalho seguro e saudável para todos os seus empregados, procurando reduzir ao máximo o *risco de acidentes e doenças do trabalho*.

Trabalhos com segurança poderão ser conseguidos através dos seguintes procedimentos:

- Seleção criteriosa das pessoas que realizarão trabalhos de risco;
- Avaliação médica periódica dos empregados;
- Treinamento adequado para todos empregados;
- Elaboração de Ordens de Serviço;
- Aplicação de procedimentos operacionais padronizados pela COCEL;
- Descrição das tarefas, dos riscos relacionados às mesmas e dos procedimentos de controle;
- Estabelecimento de procedimentos para casos de emergência;
- Supervisão sistemática dos serviços;
- Avaliação dos "quase acidentes" e investigação criteriosa dos acidentes.

A situação de *Segurança* é uma resultante de um trabalho conjunto, envolvendo os CONTRATADOS, seus supervisores, responsáveis pela segurança e, principalmente, os empregados.

As obrigações de cada um desses envolvidos são as seguintes:

- **CONTRATADOS** - Os CONTRATADOS são os responsáveis pela Segurança e Saúde de seus empregados. São responsáveis pela manutenção de um ambiente de trabalho seguro e saudável, incluindo a salvaguarda de seus equipamentos e o desenvolvimento de operações e procedimentos de trabalho seguros, assegurando o treinamento necessário para a execução das atividades.  
*Supervisores* - Os Supervisores são os representantes diretos do CONTRATADO. Suas atitudes para com um Programa de Segurança representam a orientação do CONTRATADO. Os Supervisores devem assegurar que o trabalho dos empregados não implique em risco pessoal. Além de garantir a integridade física do trabalhador, o Supervisor deve também evitar danos ao equipamento e material. O Supervisor é responsável direto pela segurança de seus subordinados.
- **Responsáveis pela Segurança** - Os Responsáveis pela Segurança devem fazer o planejamento de um Programa de Segurança adequado às necessidades da empresa. Devem zelar pela implantação desse programa, analisando e recomendando equipamentos (novos e existentes) que garantam operações seguras, bem como a aplicação das normas de segurança que dêem a garantia da integridade física do trabalhador.



- **Empregados** - Os procedimentos e normas de segurança devem ser seguidos obrigatoriamente por cada empregado e representam condição de emprego. Cada empregado deve cumprir todas as normas e procedimentos de Segurança e Saúde; relatar qualquer situação insegura; usar todo equipamento de proteção individual exigido para seu trabalho; manter e cuidar adequadamente de equipamento de proteção e ferramental utilizados; apresentar propostas para melhorar os procedimentos de trabalho e a segurança; relatar qualquer dano ocorrido com equipamento ou ferramenta; relatar todas as situações de “quase acidente” que tenha presenciado.

O CONTRATADO deverá implantar um “Comitê de Investigação e Prevenção de Acidentes”, caso não constitua uma CIPA.

Este Comitê deverá ter representantes de cada setor de atividade do CONTRATADO, reunir-se-á mensalmente e será o responsável pelo estabelecimento de diretrizes gerais de segurança e demais regras do Programa de Segurança, além de analisar os “quase acidentes” e os eventuais acidentes, objetivando estabelecer mecanismos de controle e de prevenção.

#### **4.3 REGRAS DE SEGURANÇA**

Todo jogo tem suas regras. Futebol, basquete, vôlei, natação e outros esportes são jogados com regras próprias, o que torna possível a competição. Se elas não existissem, ninguém se entenderia, ou seja, cada jogador faria aquilo que achasse certo e o jogo tornar-se-ia confuso.

No trabalho é a mesma coisa. Quando se fala em *Segurança*, a existência de regras se torna imprescindível. Quando as *Regras de Segurança* não são seguidas, ou quando são esquecidas, o trabalhador corre o risco de se acidentar ou provocar um acidente em outro companheiro.

O objetivo único das Regras de Segurança é evitar *acidentes de trabalho*.

O profissional competente segue as regras, porque ele respeita a sua própria integridade física e a de seus colegas. Responsável, o trabalhador respeita os avisos e sinais de segurança. Comunica imediatamente a seus supervisores qualquer lesão sofrida no trabalho ou fora dele. Cuida de sua saúde física e mental. E também não modifica ou adultera dispositivos de segurança.

Quando não segue as regras do jogo, o jogador recebe cartão amarelo ou vermelho. O jogo do trabalho também tem suas penalidades. Quem não obedece uma ou mais regras de segurança pode receber “cartão amarelo”, através de uma advertência (verbal, escrita ou suspensão) que procura conscientizá-lo para o risco de sua atitude. Quando o empregado insistir em continuar desrespeitando as regras de segurança, ele não poderá mais continuar “jogando”. Receberá “cartão vermelho” e será expulso - demitido por justa causa.

Situações que merecem destaque nas *Regras de Segurança*:

- A obediência às Regras de Segurança é obrigatória para todos os empregados do CONTRATADO.



- Nenhum serviço poderá ser iniciado sem que todos os empregados envolvidos na tarefa tenham feito o planejamento das atividades e avaliado os riscos potenciais.
- Nenhum equipamento poderá ser ligado antes de ser verificado se outras pessoas poderão ser afetadas ou se existirá qualquer outra situação que possa levar a um acidente.
- Os dispositivos ou sinalização de impedimento de equipamentos somente poderão ser retirados após autorização do responsável pela execução dos serviços.
- Nenhum empregado poderá ligar ou operar equipamento elétrico sem estar devidamente treinado e autorizado pelo Supervisor responsável.

#### **4.4 INVESTIGAÇÃO DE ACIDENTES**

Investigar acidentes é tentar descobrir a verdadeira causa de um determinado fato. Deve-se desvendar o "mistério", porém sem que haja a preocupação maior em se descobrir quem é o "criminoso".

Quando se investiga um *Acidente de Trabalho*, o propósito é descobrir qual foi o fato que motivou o acidente e o que deve ser feito para evitar que ele se repita. Uma completa investigação de acidentes é essencial para um efetivo *Programa de Segurança*.

Uma correção positiva e uma ação efetiva de combate a um novo acidente não podem ser formuladas com base em conjecturas ou opiniões.

Os responsáveis pela investigação devem procurar dados e fatos que mostrem com imparcialidade, qual ou quais foram as verdadeiras causas do acidente.

Devem conversar com todos os envolvidos, devem colher informações, devem avaliar os processos de trabalho e as rotinas existentes. Devem simular as condições em que ocorreu o acidente, na busca de ações preventivas.

#### **4.5 EPIs E EPCs**

EPI - Equipamento de Proteção Individual é todo dispositivo de uso individual destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador.

EPC - Equipamento de Proteção Coletiva é todo dispositivo de uso coletivo destinado a proteger a saúde e a integridade física de todos os integrantes da equipe de trabalho.

O CONTRATADO é obrigado a fornecer aos seus empregados, gratuitamente, todos os EPIs e EPCs necessários e adequados ao desenvolvimento das tarefas.

É obrigação dos seus empregados usar e conservar os equipamentos de proteção para a finalidade a que se destinam.

Tipos de proteção individual mais comuns:

##### **■ Proteção dos Olhos**

Os olhos deverão ser protegidos contra partículas, produtos químicos e contra radiações infra-vermelhas ou ultravioletas, provenientes das atividades desenvolvidas.

##### **■ Proteção dos Pés**



Como qualquer outra parte do corpo, os pés devem ser resguardados de um acidente.

Há calçados seguros e adequados para cada tipo de atividade. Por exemplo: calçados com biqueiras de aço são próprios para trabalhos onde exista possibilidade de quedas ou rolamento de objetos, porém não podem ser utilizados em trabalhos com eletricidade.

#### ■ Proteção de Mãos, Braços e Corpo

A proteção aos membros e corpo dos empregados tem o mesmo grau de importância que a proteção da visão, por exemplo. A integridade física do trabalhador na sua totalidade é a finalidade principal das normas e procedimentos de segurança. Todas as operações de trabalho devem ser analisadas ou avaliadas para se determinar a necessidade de proteção das mãos, dos braços e do corpo. Membros e corpo devem ser protegidos contra cortes, escoriações calor, objetos perfurantes, produtos químicos e choque elétrico.

#### ■ Proteção da Cabeça

A cabeça é a parte central do corpo, pois contém o cérebro. Qualquer pancada com gravidade pode afetar seriamente o organismo dos trabalhadores, deixando seqüelas, algumas delas irremediáveis.

Objetos que caem, objetos que são lançados, queimaduras, choque elétrico colocam em risco a cabeça do trabalhador, que deve ser protegida com o capacete adequado.

#### ■ Proteção aos ouvidos

Ruídos provenientes de máquinas - compressores, empilhadeiras, ... ou de arcos elétricos podem causar, ao longo do tempo de vida, perda de capacidade auditiva.

Portanto, é recomendável que os colaboradores usem os protetores auriculares como forma de garantir sua audição perfeita mesmo com o passar dos anos.

A proteção adequada é estabelecida pelo Representante de Segurança, o qual deverá manter fichas individuais dos empregados para controle de entrega e uso dos equipamentos de segurança.

### **4.6 REGISTROS E CONTROLES ESTATÍSTICOS**

Todo CONTRATADO deverá manter registro e controle dos acidentes ocorridos em sua área de atuação, considerando-se a seguinte caracterização:

- acidentes com seus próprios empregados;
- acidentes ocorridos com suas sub-contratadas;
- acidentes ocorridos com terceiros, tendo como causa a energia elétrica.

Mensalmente deverá informar o acompanhamento estatístico desses acidentes, conforme formatação estabelecida pela COCEL.

### **4.7 DIVULGAÇÃO AOS CONSUMIDORES**

É responsabilidade do CONTRATADO informar aos seus clientes e terceiros, os riscos do seu produto quanto ao seu uso e manuseio.

O CONTRATADO deverá participar das campanhas e ações de orientação ao público consumidor que vierem a ser feitas pela COCEL.



#### **4.8 SEGURANÇA PARA EMPREITEIRAS**

Quando um CONTRATADO sub empreitar uma obra ou serviço, esse seu contratado deverá aceitar e observar todas as Regras de Segurança estabelecidas pelo contratante e pela COCEL.

É responsabilidade do CONTRATADO ou de seu supervisor, fornecer à nova contratada uma lista das Regras de Segurança, certificando-se que tudo foi corretamente compreendido.

É responsabilidade da nova empreiteira contratada informar sobre eventuais riscos associados à atividade exercida.

As novas contratadas devem ainda:

- informar seus empregados sobre os riscos específicos, sinalizações e procedimentos de emergência;
- fornecer treinamento e equipamentos de proteção individual e coletiva aos seus colaboradores;
- cumprir todos os regulamentos legais de Segurança e Medicina do Trabalho;
- responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do contratante ou a terceiros;  
responsabilizar-se pelos primeiros socorros e assistência médica a seus empregados;
- obter autorização junto ao supervisor do contratante para a operação dos equipamentos pertencentes ao sistema elétrico.

#### **5. INSTRUÇÕES DE MEDICINA DO TRABALHO**

As instruções de Medicina do Trabalho tem o objetivo de promover e preservar a saúde de todos os empregados, estabelecendo os parâmetros mínimos e diretrizes gerais a serem observados pelos CONTRATADOS.

Todos os procedimentos relacionados à Medicina do Trabalho deverão ser planejados e implantados com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente aqueles identificados nas avaliações previstas nas Normas Regulamentadoras.

De modo geral as instruções de Medicina do Trabalho deverão compreender as seguintes ações:

- realização de exames médico-admissional, periódico, especial, de retorno ao trabalho e de demissão;
- avaliação dos ambientes, condições de trabalho e riscos a que os trabalhadores estão expostos.

Com o objetivo de zelar pelo seu nome e imagem, a COCEL estabelecerá com os CONTRATADOS os seguintes acordos, relacionados ao cumprimento da NR-7 da Portaria n.º 3.214, de 08 de Junho de 1978:

a) Disposições Gerais

- A COCEL fiscalizará as atividades relacionadas com segurança e medicina do trabalho desenvolvidas pelo CONTRATADO;



- A COCEL estabelecerá penalidades cabíveis por descumprimento das normas estabelecidas na legislação, providenciando as devidas notificações junto à Delegacia Regional do Trabalho.
- b) Dos órgãos de segurança e medicina do trabalho do CONTRATADO
- A COCEL exigirá que os CONTRATADOS mantenham serviços de segurança e de medicina do trabalho, próprios ou contratados, de acordo com o dimensionamento estabelecido pela NR-4 da Portaria n.º 3.214, de 08 de Junho de 1978;
  - Independentemente de seus serviços de segurança e medicina do trabalho, os CONTRATADOS deverão participar dos programas estabelecidos pela COCEL para prevenção de acidentes e promoção da saúde física e mental de seus colaboradores;
- c) Das medidas preventivas de medicina do trabalho
- A COCEL estabelecerá, junto com os CONTRATADOS, uma sistemática para notificação das doenças profissionais e das produzidas em virtude de condições especiais de trabalho.

### 5.1 **EXAME MÉDICO DE ADMISSÃO**

É o exame que integra o processo seletivo e determina as condições de aptidão física e mental do candidato relativas a seu ajustamento à função, com validade de 6 meses.

É constituído de:

a) Exame Clínico

- Identificação;
- Avaliação ocupacional;
- História patológica pregressa;
- História social e familiar;
- Queixas atuais;
- Exame físico;
- Diagnóstico.

b) Exames complementares

A critério médico, deverão ser solicitados demais tipos de exames necessários a esclarecimento de diagnóstico, principalmente para os profissionais destinados a cargos que envolvam atividades de risco.

Deverá ser emitido parecer médico indicando estar o candidato apto ou inapto para a função proposta.

### 5.2 **EXAME MÉDICO PERIÓDICO**

É o exame utilizado para a proteção e promoção da saúde dos empregados, pela identificação das manifestações patológicas causadas ou não pela natureza do trabalho.

Aplica-se a todo empregado, realizando-se:

- anualmente para empregados com idade superior a 45 anos;
- a cada dois anos, para empregados com idade até 44 anos;





- anualmente, independente da idade, para empregado que exerce função de risco ou seja portador de doença crônica;
- semestralmente, para empregado exposto aos riscos discriminados nos quadros I e II da NR-7.

É constituído de:

a) Exame Clínico

- Identificação;
- Avaliação ocupacional;
- História patológica pregressa;
- História social e familiar;
- Queixas atuais;
- Exame físico;
- Diagnóstico.

b) Exames complementares

A critério médico, deverão ser solicitados demais tipos de exames necessários a esclarecimento de diagnóstico, principalmente para os profissionais destinados a cargos que envolvam atividades de risco.

### 5.3 **EXAME MÉDICO ESPECIAL**

É o exame que avalia as condições de saúde do empregado, em função de interesse específico.

Aplica-se ao empregado em qualquer das situações abaixo:

- mudança de função para outra que envolva maior risco de segurança;
- readaptação ou reabilitação profissional (capacidade reduzida);
- reiteradas faltas ao trabalho;
- simulação de doença;
- mudança de comportamento;
- perícia médica (auxílio doença acima de 15 dias);
- suspeita de doença transmissível;
- treinamento no exterior;
- avaliação de estagiários e técnicos com contrato especial;
- credenciamento para dirigir veículos.

Os exames clínicos e complementares específicos para cada situação deverão ser realizados com o objetivo de identificar manifestações patológicas passíveis de repercutir sobre a capacidade laborativa do empregado. Os exames serão selecionados pelo médico, de acordo com a análise das tarefas próprias às funções do empregado ou às suas queixas.

### 5.4 **EXAME MÉDICO DE RETORNO AO TRABALHO**

É o exame que avalia as condições de saúde para retorno ao trabalho, de empregado afastado por período igual ou superior a 30 dias, por doença, acidente ou parto.

Aplica-se ao empregado em qualquer das situações abaixo:

- retorno ao trabalho após ausência igual ou superior a 30 dias, por motivo de doença ou acidente;



■ retorno ao trabalho pós-parto.

Deverão ser realizados exames clínico e complementar específicos, necessários para a avaliação do empregado.

Os exames deverão ser realizados no primeiro dia de retorno ao trabalho.

### **5.5 EXAME MÉDICO DE DEMISSÃO**

É o exame realizado por ocasião da cessação do contrato de trabalho, dentro dos 15 dias que antecederem o desligamento definitivo do empregado.

É constituído de:

a) Exame Clínico

- Identificação;
- Avaliação ocupacional;
- História patológica pregressa;
- História social e familiar;
- Queixas atuais;
- Exame físico;
- Diagnóstico.

b) Exames complementares

A critério médico, deverão ser solicitados demais tipos de exames necessários a esclarecimento de diagnóstico, principalmente para os profissionais que ocuparam cargos envolvidos em atividades de risco. Exemplo típico é o caso de audiogramas para empregados que exerceram funções expostas a ruído.

## **6. CONCLUSÕES**

As pessoas envolvidas e comprometidas com a *Segurança e Saúde* dos trabalhadores fazem uso de uma série de métodos para controlar e modificar o ambiente de trabalho na tentativa de melhorar a segurança.

Procedimentos e recomendações de engenharia (modificações em equipamentos e processos de trabalho), controles administrativos (limitação do número de horas que um empregado pode ficar exposto a um risco potencial), ou o uso de equipamentos de proteção individual são exemplos dos passos que devem ser dados para garantir a *Saúde e a Segurança* dos empregados. No entanto, essas precauções são tão eficazes quanto as atitudes e comportamentos dos empregados. As atitudes dos empregados são afetadas pela eficiência do sistema geral. A comunicação entre a força de trabalho e a alta direção, gerentes e supervisores necessita ser clara e precisa, projetando metas realistas que sejam benéficas tanto para o empregado quanto para o empregador.

Um ambiente de trabalho seguro e saudável não passa a existir por acaso. Ele resulta de esforços bem planejados e da aplicação de metodologias testadas e aprovadas, construídas a partir de experiências prévias. O sucesso (ou o fracasso) de um *Programa de Segurança e Medicina do Trabalho* depende fortemente da busca contínua da gerência por melhorias.

Os gerentes e supervisores que trabalham ativamente com as pessoas - ao invés de tentar controlá-las - devem incentivar um clima de trabalho em equipe. Quando se consegue esse tipo de atmosfera, os membros da equipe se sentem desafiados a



criar novas soluções para operações de risco que possam comprometer a segurança.

**O resultado é um programa dinâmico que forçosamente envolve todos os empregados no processo de “SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO”**



## ANEXO VII

### REGISTRO DE ACIDENTES COM CONTRATADOS

#### Apresentação:

Por solicitação das ANEEL, as empresas concessionárias de energia elétrica deverão informar dados relativos aos acidentes do trabalho ocorridos com os seus contratados. Tais informações servirão como base para o acompanhamento dos dados estatísticos de acidente de trabalho. Desta forma, solicitamos o preenchimento da planilha constante do Anexo VIII que deverá ser entregue mensalmente a COCEL. Agradecemos a cooperação e temos a certeza de que deste trabalho resultarão ações para a melhoria da prevenção de acidentes e doenças do trabalho.

#### INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

**Número de Acidentes:** Quantidade de acidentes que resultaram em lesão decorrente de serviços prestados a Cotel mês a mês.

**Número de Acidentados:** Quantidade de empregados acidentados com lesão a serviço da Cotel mês a mês.

**Dias Perdidos/Debitados:** Quantidade de dias perdidos e/ou debitados decorrentes dos acidentados a serviço da Cotel mês a mês.

**Energia:** Quantidade de empregados que se envolveram em acidentes com energia e sem energia acumulados no período.

**Afastamento:** Quantidade de acidentados com e sem afastamento do trabalho acumulados no período.

**Fatais:** Quantidade de acidentados fatais ocorridos no mês.

**Encaminhamento:** Enviar mensalmente, junto com a fatura, à COCEL.

**Observação:** Para cada contrato deverá ser preenchida uma planilha.

**ANEXO VIII****PLANILHAS DE REGISTRO DE ACIDENTES COM CONTRATADOS****Número do Contrato:****Nome da Empreiteira:****Área da Cocal onde a Empreiteira Atua:****Numero Empregados a Serviço da Cocal:**

Número de Acidentes												Acidentes Acumulados
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	

Número de Acidentados												Acidentes Acumulados
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	

Energia

Com	Sem	Total

Afastamento

Com	Sem	Total

**ANEXO IX****PROPOSTA**

À

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

**Ref.: PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 005/2018.**

Prezados Senhores:

Tem a presente finalidade de apresentar à V. Sas., a nossa proposta para prestação de serviço de suspensão do fornecimento de energia elétrica, religação do fornecimento de energia elétrica, e vistoria dos consumidores que efetuam a religação a revelia, com preenchimento de Termo de ocorrência de irregularidade – TOI, de acordo com as quantidades e características constantes do Anexo I do Edital de **Pregão Presencial COCEL n.º 005/2018.**

1. que assumimos inteira responsabilidade pela execução do(s) objeto(s) da licitação modalidade pregão presencial 005/2018 e que nos sujeitamos as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
2. que o prazo de validade da Proposta, contado a partir da data de sua apresentação, é de 60 (sessenta) dias;
3. que todas as despesas com a preparação e a apresentação da presente Proposta, correrão unicamente por nossa conta;
4. que concordamos em firmar o contrato para fornecimento do objeto relacionado nesta proposta, pelo respectivo preço proposto;
5. que o edital reuniu todas as informações necessárias, de forma satisfatória, bem como foram prestados os esclarecimentos pertinentes, permitindo-nos elaborar a presente proposta completa e total;
6. que o preço ofertado para a prestação dos serviços de suspensão do fornecimento de energia elétrica, religação do fornecimento de energia elétrica, e vistoria dos consumidores que efetuam a religação a revelia, com preenchimento de Termo de ocorrência e Inspeção – TOI, em aproximadamente 38.400 (trinta e oito mil e quatrocentas) unidades consumidoras (área urbana e rural) no Município de Campo Largo, no período de 12 meses, executando-se aproximadamente 3.200 (três mil e duzentas) unidades consumidoras/mês, de acordo com as descrições constantes do Anexo I do Edital, é de R\$ .....(.....), por unidade de serviço efetivamente realizado, perfazendo o total de R\$.....(.....), para as 38.400 unidades consumidoras, pelo período de 12 meses, **conforme planilha abaixo e anexa;**
7. caso estes serviços não sejam executados na íntegra (não efetivação do desligamento ou da religação por motivos alheios à vontade do CONTRATADO), o valor do serviço será reduzido em 50%.



8. declaramos que confirmaremos com nova proposta e nova planilha, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso for apresentado lances com novos preços, e julgado como vencedor do certame;
9. declaramos que, nos preços estão incluídos os custos diretos e indiretos, bem como administração, lucro e imprevistos, transporte, hospedagem, alimentação, inclusive todos os tributos, e outros, sujeitos em decorrência da presente Proposta;
10. que concordamos com as demais disposições do Edital, e reconhecemos à **COCEL**, o direito de aceitar ou rejeitar todas as propostas sem que nos assista qualquer direito indenizatório.

Local e data.

-----

Assinatura do proponente

Representante Legal da Empresa, ou procurador para tal fim anexado o respectivo instrumento.

**Dados da empresa para formalização do contrato caso sejamos vencedor:**

Razão Social: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Insc. Est.: \_\_\_\_\_

**REPRESENTANTE LEGAL:**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_

CIRG N.º: \_\_\_\_\_ Expedida por: \_\_\_\_\_

**PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO JUNTO COM A PROPOSTA DE PREÇO.**



**PLANILHA DE ORÇAMENTO DO PREÇO UNITÁRIO DA UNIDADE DE SERVIÇO (US)  
 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTE, RELIGAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA  
 ELÉTRICA, E VISTORIA DOS CONSUMIDORES QUE EFETUAM A RELIGAÇÃO A REVELIA,  
 COM PREENCHIMENTO DE TERMO DE OCORRÊNCIA E INSPEÇÃO – TOI  
 TURMA DE 02 ELEMENTOS 01 VEÍCULO - COM ESCADA EQUIPES NR10 E 01 ELEMENTO  
 COM MOTOCICLISTA**

<i>Item</i>	<b>A1 - Custo Fixo Mensal</b>	<i>Total</i>
A1.1	Remuneração com Periculosidade	R\$
A1.2	Encargos Sociais	R\$
A1.3	Benefícios	R\$
A1.4	Uniformes e EPIs	R\$
A1.5	Treinamento e Qualificação	R\$
A1.6	Remuneração Capital de Giro	R\$
<b>A1</b>	<b>Total A1 - custo fixo mensal com mão de obra (A1.1 + A1.2 + A1.3 + A1.4 + A1.5 + A1.6 )</b>	<b>R\$</b>
<b>A2 - Custo Variável Mensal</b>		
A2.1	Horas Extras com periculosidade	R\$
A2.2	Sobreaviso	R\$
A2.3	Encargos Sociais	R\$
<b>A2</b>	<b>Total A2 - custo variável mensal com Mão de obra (A2.1 + A2.2 + A2.3 )</b>	<b>R\$</b>
<b>A</b>	<b>Total A - custo mensal com mão de obra (A1 + A2)</b>	<b>R\$</b>

<b>B - CUSTO COM VEÍCULO</b>		
<i>Item</i>	<b>B1 - Custo Fixo Mensal</b>	<i>Total</i>
B1.1	Licenciamento, IPVA, Seguro Obrigatório	R\$
B1.2	Depreciação	R\$
B1.3	Remuneração Investimento	R\$
B1.4	Lavagem e Limpeza	R\$
B1.5	Remuneração Capital de Giro	R\$
<b>B1</b>	<b>Total B1 - custo fixo mensal (B1.1 + B1.2 + B1.3 + B1.4 + B1.5)</b>	<b>R\$</b>
<b>B2 - Custo Variável Mensal</b>		
B2.1	Pneus	R\$
B2.2	Combustível	R\$
B2.3	Lubrificantes	R\$
B2.4	Manutenção Mecânica e Elétrica	R\$
B2.5	Remuneração Capital de Giro	R\$
<b>B2</b>	<b>Total B2 - custo variável mensal (B2.1 + B2.2 + B2.3 + B2.4 + B2.5 )</b>	<b>R\$</b>
<b>B</b>	<b>Total B - custo mensal com veículo ( B1 + B2 )</b>	<b>R\$</b>

<b>C – CUSTO COM EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS</b>		
<b>Custo Fixo Mensal</b>		
<i>Item</i>	<b>C1 - Depreciação</b>	<i>Total</i>
C1.1	Equipamentos 120 meses	R\$

C 1.2	EPC's vida útil média 12 meses	R\$
C1.3	EPC's vida útil média 60 meses	
<b>C1</b>	<b>Total C1 – custo fixo mensal (C1.1+C1.2+C1.3)</b>	<b>R\$</b>
	<b>C2- Remuneração</b>	
C2.1	Remuneração de investimento	R\$
<b>C2</b>	<b>Total C21 – custo fixo mensal (C2.1)</b>	<b>R\$</b>
<b>C</b>	<b>Total C – custo fixo mensal (C1+ C2)</b>	<b>R\$</b>

<b>D – Custo Mensal para transmissão de voz</b>		
Item	<b>Custo Fixo Mensal</b>	Total
D1	Pacote der Serviços de comunicação móvel para transmissão de dados e voz com Internet 250MB.	R\$
D2	Depreciação do equipamento e acessórios	R\$
D3	Remuneração Investimento	R\$
<b>D</b>	<b>Total D – custo fixo mensal (D1+D2+D3)</b>	<b>R\$</b>

Item	<b>E – Custo com Supervisão e Administração</b>	Total
<b>E</b>	Custo com Supervisão e Administração	<b>R\$</b>

Item	<b>F – Custo do Serviço</b>	Total
<b>F</b>	<b>Custo do Serviço (A+B+C+D+E)</b>	<b>R\$</b>

Item	<b>G – Benefícios e Despesas Indiretas</b>	Total
<b>G</b>	O BDI compreende eventuais despesas financeiras, a tributação incidente na margem de remuneração sobre o custo do serviço(lucro) a incerteza do negócio em razão de paralisações na execução dos serviços, entre outros fatores.	<b>R\$</b>

	<b>H – Preço Mensal Equipe</b>	Total
<b>H</b>	<b>Preço Mensal Serviço ( F+G)</b>	<b>R\$</b>

	<b>I – Produtividade estimada (US)</b>	Total
<b>I</b>	Expectativa de Produção média mensal da equipe de trabalho, em US, verificada ao termino do contrato	<b>1.600</b>

	<b>J – Preço Máximo Unidade de Serviço (US)</b>	Total
<b>J</b>	<b>Preço Máximo Unidade de Serviço (US) Divisão H por I)</b>	<b>R\$</b>



## ANEXO X

### MINUTA DO CONTRATO

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º.....

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUSPENSÃO, RELIGAÇÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E VISTORIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL** E

.....

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, sediada na rua Rui Barbosa, 520, Campo Largo - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.805.895/0001-30, neste ato representada, na forma de seu estatuto social, pelo seu Diretor Presidente **JOSÉ ARLINDO LEMOS CHEMIN**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.525.127-8/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 911.237.479-20, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Largo - Paraná ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa ....., adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições adiante ajustadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

**1.1-** Constitui o objeto deste contrato a prestação de serviços pela **CONTRATADA** de suspensão do fornecimento de energia elétrica, religação do fornecimento de energia elétrica, e vistoria dos consumidores que efetuam a religação a revelia, com preenchimento de Termo de Ocorrência e Inspeção - TOI, em aproximadamente 38.400 (trinta e oito mil e quatrocentas) unidades consumidoras (área urbana e rural) no Município de Campo Largo, no período de 12 meses, executando-se aproximadamente 3.200 (três mil e duzentas) unidades consumidoras/mês.

**1.2** Este Contrato é decorrente do Pregão Presencial n.º 005/2018 e da PROPOSTA \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DOCUMENTOS INTEGRANTES

**2.1** - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos serviços, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**2.1.1** - Edital de **PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 005/2018**, de 19 de fevereiro de 2018 e respectivos Anexos;



### 2.1.2 - Proposta Comercial da Contratada.

**2.2** Os documentos referidos definem os direitos e as obrigações da COCEL e da CONTRATADA.

## CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**3.1** A **CONTRATADA**, além dos demais encargos previstos neste contrato e em seus anexos que o integram, obriga-se a:

**3.1.1** - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste contrato de modo a conduzi-los eficientemente, de acordo com as especificações técnicas fornecidas pela **CONTRATANTE** nos prazos previamente determinados e de acordo com as normas que regem o setor elétrico brasileiro;

**3.1.2** - Conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas, em estrita observância às legislações federal, estadual e municipal, devendo, ainda, conduzir os serviços e o seu pessoal de modo a formar junto ao público uma boa imagem da **CONTRATANTE** e de si própria;

**3.1.3** - Fornecer toda a mão-de-obra e ferramental necessários à execução de todos os serviços previstos no objeto deste contrato;

**3.1.4** - Responsabilizar-se pelos materiais entregues para execução dos serviços;

**3.1.5** - Os materiais restantes e os eventualmente retirados da unidade consumidora, deverão ser devolvidos à **CONTRATANTE**, devidamente relacionados e separados, até o próximo dia útil após a execução do serviço;

**3.1.6** - Manter, as suas expensas, espaço devidamente equipado com mobiliário e telefone, para acomodação de seu pessoal e de seus equipamentos, conforme Anexo VI, na localidade base dos serviços;

**3.1.7** - Responsabilizar-se pela guarda e segurança dos equipamentos e documentos que lhe forem confiados durante o período em que for necessária a sua utilização, devolvendo-os em perfeito estado quando for o caso ou ressarcindo-os em caso de dano ou furto;

**3.1.8** - A **CONTRATADA** responsabiliza-se por prejuízos ou extravios de materiais de propriedade da **CONTRATANTE**, obrigando-se a repor ou indenizar o valor do dano a valor de mercado, acrescido de 40% (quarenta por cento);

**3.1.9** - A retirada e o retorno das Ordens de Serviços far-se-á mediante protocolo, o qual devesse conter data e horário, com exceção de serviços despachados diretamente pelo sistema de comunicação;

**3.1.10** - Ao executar os serviços, objeto deste contrato, caso haja interpelação por parte do cliente, a **CONTRATADA** deverá identificar e esclarecer qual serviço será executado;

**3.1.11** - Nos casos de serviços de suspensão de fornecimento de energia



elétrica, tendo sido comprovado pelo consumidor o pagamento da conta de luz correspondente, deverá ser apontado no campo apropriado da Ordem de Serviço a ocorrência 07 (conta paga);

**3.1.12** - Transportar todo o seu pessoal técnico necessário aos serviços, desde seu alojamento até os locais de trabalho, de forma segura;

**3.1.13** - Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seu pessoal, podendo a **CONTRATANTE** exigir o afastamento imediato de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja permanência seja considerada prejudicial às relações **CONTRATANTE** com autoridades ou particulares;

**3.1.14** - Manter em cada área de trabalho, um representante autorizado, devidamente credenciado, por escrito, para receber da **CONTRATANTE** as instruções, bem como proporcionar a equipe de fiscalização toda assistência e facilidades necessárias ao bom cumprimento e desempenho das inspeções, sanando, de imediato, as irregularidades apontadas;

**3.1.15** - Contratar todos os seguros a que estiver obrigada pelas leis brasileiras, em qualquer tempo;

**3.1.16** - A **CONTRATADA** manterá a **CONTRATANTE** livre e a salvo de quaisquer reclamações relativas a danos e prejuízos causados a terceiros, em consequência dos serviços objeto deste contrato, provocados por ela, **CONTRATADA**;

**3.1.17** - A **CONTRATADA** é responsável direta e exclusivamente pela execução do objeto deste contrato e, consequentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a **CONTRATANTE** ou para terceiros;

**3.1.18** - A **CONTRATADA** não reivindicará da **CONTRATANTE** qualquer indenização por perdas e danos a bens de sua propriedade ou de terceiros sob sua responsabilidade;

**3.1.19** - A **CONTRATADA** deverá obedecer as exigências do Código Nacional de Trânsito, em relação ao transporte de pessoas, equipamentos e materiais, sinalização, e afixar emblema da firma com os dizeres "**A SERVIÇO DA COCEL**", como também o logotipo da COCEL, em ambas as portas de seus veículos, facilmente identificável;

**3.1.20** - Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte da **CONTRATANTE**, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços ou a terceiros quando resultantes de imprudência, imperícia ou negligência de seus empregados ou de qualquer pessoa que estiver desempenhando atividade junto aos serviços sob a responsabilidade da **CONTRATADA**;

**3.1.21** - Adotar todas as medidas de segurança, inclusive as que a **CONTRATANTE** julgar necessárias à execução dos serviços e preservação dos



bens e interesses próprios da **CONTRATANTE** e de terceiros em geral, assumindo os ônus decorrentes;

**3.1.22** - Correrá também sob inteira responsabilidade e ônus da **CONTRATADA** o pagamento de multas, despesas ou indenizações oriundas da execução de corte indevido pela **CONTRATADA**, como por exemplo na hipótese da **CONTRATANTE** ficar obrigada a indenizar consumidores ou sofrer penalidades impostas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL decorrente de tal ato;

**3.1.23** - A ocorrência de reclamações consideradas procedentes pela **CONTRATANTE** lhe dá o direito de reter o pagamento à **CONTRATADA**, na proporção dos prejuízos verificados;

**3.1.24** - Utilizar-se somente de pessoal habilitado para todos os serviços técnicos e administrativos que se fizerem necessários à execução dos serviços, devendo dispor também de profissional habilitado no CREA, como responsável dos serviços junto a **CONTRATANTE**;

**3.1.25** - Solicitar a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidentes durante a execução dos serviços ou bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia;

**3.1.26** - Efetuar somente através da **CONTRATANTE** os entendimentos com órgãos públicos, para a solução de problemas relacionados aos serviços;

**3.1.27** - Reparar ou refazer, exclusivamente às suas expensas, os serviços inadequadamente executados, sanando todos os defeitos dentro dos prazos estipulados pela **CONTRATANTE**;

**3.1.28** - Sinalizar adequadamente, conforme as normas da **CONTRATANTE**, e de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços;

**3.1.29** - Não efetuar despesas, celebrar acordos, fazer declarações ou prestar informações em nome da **CONTRATANTE**;

**3.1.30** - Manter o cadastro atualizado, efetuando a renovação dos documentos, de acordo com as instruções da **CONTRATANTE**;

**3.1.31** - Efetuar o registro do contrato junto ao CREA, sob a forma de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

**3.1.32** - Efetuar o corte, religação e vistoria nas unidades consumidoras, de acordo com a instrução da **CONTRATANTE**;

**3.1.33** - Observar os prazos para execução dos serviços de corte, religação e vistoria a contar do horário em que for expedida a ordem de serviço, ou seja:

**3.1.33.1** - 24 (vinte e quatro) horas, para a execução dos serviços de corte, religação e vistoria na área urbana;

**3.1.33.2** - 48 (quarenta e oito) horas, para a execução dos serviços de corte, religação e vistoria na área rural;



**3.1.33.3** - 04 (quatro) horas para a execução dos serviços de religação de urgência na área urbana;

**3.1.33.4** - 08 (oito) horas para a execução dos serviços de religação de urgência na área rural;

**3.1.33.5** - 04 (quatro) horas para a execução dos serviços de religação por corte indevido (área urbana e rural).

**3.1.34 – A CONTRATADA** deverá emitir o “Termo de Ocorrência e Inspeção” – TOI, conforme modelo fornecido pela **CONTRATANTE**, quando constatado religação a revelia ou rompimento do lacre, conforme previsto Resolução n.º 414/2010 da ANEEL.

**3.1.35** - Responsabilizar-se pela integral prestação dos serviços dentro dos padrões de qualidade e quantidade exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor;

**3.1.36** - Apresentar mensalmente, junto com a nota fiscal fatura à **CONTRATANTE**, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, compostos dos seguintes documentos, referentes ao mês anterior:

a) Folha de pagamento;

b) Guia de recolhimento do FGTS;

c) Guia de Recolhimento do INSS;

d) Guia de recolhimento do ISS;

e) Relação dos empregados que atuam diretamente na execução do objeto do contrato;

**3.1.37** - A **CONTRATADA** deverá dispor de sistema de comunicação com a **CONTRATANTE** em tempo integral (24 horas por dia), todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, de forma a viabilizar o atendimento das solicitações de corte ou religação a qualquer tempo;

**3.1.38** - De segunda à sexta-feira a **CONTRATADA** deverá comparecer na sede da **CONTRATANTE** diariamente, no início da jornada de trabalho (8h00), para que lhe sejam entregues as Ordens de Serviço, as quais deverão **obrigatoriamente** ser devolvidas ao final do expediente (17h00) na sede da **CONTRATANTE**, cumpridas ou não.

**3.1.39** - Ressarcir a **CONTRATANTE** de toda indenização ou multa imposta pelo poder Concedente, decorrentes da ultrapassagem dos índices: DIC (duração de interrupção individual por unidade consumidora), FIC (frequência de interrupção individual por unidade consumidora), DEC (duração equivalente de interrupção por conjunto de consumidores) e FEC (frequência equivalente de interrupção por conjunto de consumidores), ou outros índices porventura estabelecidos pelo Poder Concedente, em razão de interrupção indevida de fornecimento de energia elétrica ou demora no seu restabelecimento;

**3.1.40** - Adotar identificação especial (uniforme completo) para todo o pessoal envolvido nos serviços providenciando a retirada imediata de qualquer





empregado, cuja permanência seja considerada pela **CONTRATANTE**, inconveniente.

**3.1.41** - Preencher e apresentar à **CONTRATANTE** até o dia 5 (cinco) de cada mês, a planilha de registro de acidentes com os contratados (Anexo VIII do Edital de Pregão Presencial 005/2018), referente a informação de acidente do mês anterior(se houver).

#### **CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**4.1** Constituem obrigações da **CONTRATANTE** durante a vigência do presente contrato:

**4.1.1** - Fornecer à **CONTRATADA** as Ordens de Serviços, com as informações e especificações necessárias à correta execução dos serviços;

**4.1.2** - Esclarecer à **CONTRATADA**, em tempo hábil, toda e qualquer dúvida com referência a execução dos serviços;

**4.1.3** - Pagar à **CONTRATADA** as faturas apresentadas e aceitas nas condições estabelecidas na Cláusula Décima Segunda.

#### **CLÁUSULA QUINTA - FISCALIZAÇÃO**

**5.1** A **CONTRATANTE** exercerá ampla fiscalização sobre os serviços contratados por meio de seus representantes devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** facilitará o desempenho de suas funções. Fica, porém, entendido, que a orientação e a fiscalização dos trabalhos por parte da **CONTRATANTE** não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto a perfeita execução dos serviços, observando-se os preceitos de boa técnica a fim de dar aos mesmos absoluta segurança e perfeito acabamento.

**5.2** Os representantes da **CONTRATANTE** terão poderes para fiscalizar a execução dos serviços e, especialmente, para:

**5.2.1** Sustar os trabalhos de quaisquer partes dos serviços sempre que considerar a medida necessária à adoção das Normas Técnicas de Saúde e de Segurança do Trabalho adequadas a boa execução dos serviços;

**5.2.2** Recusar quaisquer trabalhos que difiram dos padrões exigidos pelo contrato;

**5.2.3** Decidir, dentro dos limites de suas atribuições, em nome da **CONTRATANTE**, as questões que se levantarem no campo durante o andamento dos serviços;

**5.2.4** Controlar a execução dos serviços, verificando se o pessoal, máquinas e ferramental de construção são suficientes para sua realização, bem como se o pessoal tem qualificação e quantidade exigida para o contrato;

**5.2.5** Verificar o estado de conservação do ferramental de segurança, podendo exigir sua substituição caso seu estado seja considerado inadequado.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PRAZO DE EXECUÇÃO**

**6.1** A conclusão dos serviços deverá verificar-se nos prazos previstos nas normas que regem o setor elétrico brasileiro e, especialmente, os prazos previstos no item **3.1.33** da **Cláusula Terceira** do presente contrato.



**6.2** – Os serviços executados fora dos prazos previstos nas normas atinentes à matéria não serão pagos pela **CONTRATANTE**, salvo se o atraso ocorreu por culpa desta ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado pela **CONTRATADA** e aceito pela **CONTRATANTE**.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - SUSPENSÃO**

**7.1** A **CONTRATANTE** poderá, em qualquer ocasião, suspender a execução dos serviços previstos no objeto do contrato, por meio de comunicação por escrito à **CONTRATADA**:

**7.1.1** Quando da suspensão, caberá à **CONTRATADA** receber o valor dos serviços até então executados;

**7.1.2** Quando a suspensão for causada por fato atribuído à **CONTRATANTE**, não assistirá à **CONTRATADA** o direito de pleitear pagamentos de quaisquer despesas resultantes da suspensão, ressalvados aqueles referentes aos serviços até então executados.

### **CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO CONTRATUAL**

**8.1** A **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista ao **CONTRATADO** qualquer direito a indenização, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

**8.2** A rescisão do contrato poderá se dar sob qualquer das formas delineadas no art. 79 da Lei n.º 8.666/93.

**Parágrafo Único:** Caso ocorra a rescisão do Contrato, tácita ou expressamente, a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** apenas os valores dos serviços executados e aceitos até a data da rescisão, sem que haja qualquer direito à reclamação ou indenização.

### **CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** Pela inexecução total ou parcial do contrato, a **CONTRATANTE** aplicará, garantida a prévia defesa e sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, à **CONTRATADA**, as seguintes sanções:

**9.1.1** - Advertência;

**9.1.2** - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato;

**9.1.3** - Rescisão do presente contrato e suspensão do direito de licitar com a **CONTRATANTE**, por um período de até 02 (dois) anos.

**9.2** O valor da multa aplicada, após o regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**9.3** Poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela **CONTRATADA**, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela **CONTRATANTE**, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações.



## CLÁUSULA DÉCIMA - PREÇOS

**10.1** O valor para a execução dos serviços objeto do presente contrato é de R\$ .....,(.....) por UNIDADE DE SERVIÇO (corte com suspensão do fornecimento de energia elétrica, religação do fornecimento de energia elétrica ou vistoria com suspensão do fornecimento de energia elétrica) realizado pela **CONTRATADA**.

**10.2** Quando não se fizer necessária ou possível a realização de serviço de suspensão do fornecimento de energia elétrica, por motivos não atribuíveis à **CONTRATADA**, tendo a mesma se deslocado até o local do serviço para verificação, será pago o valor referente à 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no item 10.1, devendo a **CONTRATADA** apresentar à **CONTRATANTE** a justificativa da não necessidade/possibilidade da realização do serviço de suspensão do fornecimento de energia elétrica.

**10.3** – A **CONTRATADA** receberá o valor equivalente à 50% (cinquenta) por cento do valor previsto no item 10.1 pelos serviços que não puderem ser executados por culpa da **CONTRATANTE** ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e aceito pela **CONTRATANTE**.

**10.4** - A **CONTRATADA** não receberá qualquer valor pela realização de cortes, religações ou vistorias não solicitados pela **CONTRATANTE** ou realizados fora dos prazos previstos em lei ou determinados pela **CONTRATANTE**, ficando, ainda, responsável por qualquer dano advindo do corte, religação ou vistoria indevidamente realizado.

**Parágrafo Primeiro:** Os preços estabelecidos neste Contrato estão expressos em real, não sendo passíveis de reajuste, em conformidade com o disposto na Lei 9.069 de 29.06.95.

**Parágrafo Segundo:** O preço dos serviços ora contratados já inclui, dentre outros:

- a) A remuneração dos serviços de equipe profissional necessária à execução dos trabalhos;
- b) Todos os tributos, contribuições exigidas pela legislação em vigor, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, a administração e lucros da **CONTRATADA**;
- c) Todos os materiais e documentos entendidos como necessários pela **CONTRATANTE** para que o objeto deste contrato seja considerado completo;
- d) locomoção de qualquer natureza, alimentação e alojamento de pessoal;
- e) ferramental necessário para a execução dos serviços;
- g) despesas com seguro de qualquer natureza;
- h) Imposto Municipal ISS - Imposto Sobre Serviços.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VALOR DO CONTRATO

**11.1** Atribui-se ao presente contrato o valor estimado de R\$ ..... para um total de 38.400 (trinta e oito mil, quatrocentas) unidades consumidoras (área urbana e rural) no Município de Campo Largo.

**11.2** Os pagamentos serão efetuados pela COCEL, em reais, com recursos vinculados ao orçamento anual, vinculado às seguintes classificações contábeis:

Item orçamentário	Conta Contábil
17452	615.05.1.1.21.055.4530



**Parágrafo único** - O valor deste contrato é meramente estimativo, não cabendo à **CONTRATADA** quaisquer direitos, caso o mesmo não seja atingido durante sua vigência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FATURAMENTO E PAGAMENTO**

**12.1** O pagamento pela execução dos serviços deverá ser realizado mensalmente, de acordo com o número das US (suspensões, religações do fornecimento de energia elétrica ou vistorias efetivamente realizados), até o 7º (sétimo) dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços e apresentação da nota fiscal na sede da **CONTRATANTE**.

**12.2** - A emissão da Nota Fiscal deverá ocorrer sempre no primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, contendo a quantidade de cortes, religações de energia elétrica e vistorias realizados, e sua apresentação deverá ocorrer na sede da **CONTRATANTE**, à Rua Rui Barbosa, 520 - Campo Largo -PR.

**12.3** Na eventual hipótese de ocorrer atraso em relação ao pagamento, além da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, incidirão também juros legais de 0,5% (meio por cento) ao mês, mais correção monetária pelo IGP-M, a serem calculados desde a data do vencimento da obrigação até a data do seu efetivo pagamento.

**12.4** - A **CONTRATANTE** poderá descontar dos pagamentos ou da garantia, importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela **CONTRATADA** por força deste contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUBCONTRATAÇÕES**

**13.1** A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, totalmente ou parcialmente o objeto deste contrato.

**13.2** Não serão admitidos consórcios, associações, cessões ou transferência, fusão, cisão ou incorporação para a prestação dos serviços relativos a esta contratação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**

**14.1** A **CONTRATADA** declara ter conhecimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, expedidas pelo órgão competente do Ministério do Trabalho, bem como zelar pela observância e cumprimento destas Normas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1** A **CONTRATADA** não poderá divulgar ou publicar relatórios, ilustrações, entrevistas ou detalhes dos serviços objeto do contrato.

**15.2** Para a execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá satisfazer as exigências do CREA, bem como os demais órgãos técnicos da área Federal, Estadual e Municipal.

**15.3** A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á pelo pagamento de multas e emolumentos cuja incidência se relacione com os serviços objeto do contrato, em decorrência de inobservância, pelo seu responsável técnico, de qualquer determinação dos demais órgãos técnicos da área Federal, Estadual e Municipal.



**15.4** Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, mesmo por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, das cláusulas do contrato e seus anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar, afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PRAZO DE VIGÊNCIA**

**16.1** O prazo de vigência do presente contrato é de 12 meses e inicia na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da **CONTRATANTE**, por iguais e sucessivos períodos em até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme faculta o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93.

**16.2** – Caso seja prorrogado o presente contrato será reajustado pelo IGPM, ou outro índice legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – TRIBUTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.**

**17.1 A CONTRATADA** responsabiliza-se a:

**17.1.1** Recolher o ISS - Imposto Sobre Serviço, observando-se a alíquota legal do Município.

**17.1.2** Comprovar o recolhimento do ISS - Imposto Sobre Serviço perante **CONTRATANTE** para liberação da fatura. A não apresentação da guia de recolhimento devidamente autenticada ou em original acompanhada de cópia, confere à **CONTRATANTE** o direito de fazer a retenção com base na alíquota legal do Município.

**17.1.3** Recolher eventual taxa de alvará de licença e/ou taxa de licença para os serviços objeto do presente contrato, quando exigidos pela legislação municipal.

**17.1.4** Solucionar eventuais embargos impeditivos por parte de órgão fiscalizador do Município, quanto a realização ou continuidade dos serviços, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pelas providências necessárias que o caso exigir, para a liberação dos serviços, evitando atraso na sua conclusão, recolhendo as taxas exigidas e devidas.

**17.1.5** Fica pactuado que o atraso na conclusão dos serviços, decorrente de inércia da **CONTRATADA** quanto ao desembaraço dos embargos referidos no item anterior, não confere à mesma qualquer direito de indenização pelos dias de atraso na conclusão dos serviços contratadas.

**17.1.6.** Fica pactuado que ocorrendo atraso na conclusão dos serviços, decorrente de inércia da **CONTRATADA** quanto ao desembaraço dos embargos anteriormente mencionados, com prejuízo para a Administração Pública, ficará a mesma obrigada a indenizar os prejuízos devidamente comprovados, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, após notificação por escrito da **CONTRATANTE**.

**17.2 A CONTRATADA** será responsável pelo recolhimento e comprovação de todos os demais tributos incidentes sobre os serviços objetos do presente contrato, devendo, quando exigido, exhibir o comprovante de recolhimento à **CONTRATANTE**.



### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: NOVAÇÃO**

**18.1** - A não utilização por parte da COCEL, de quaisquer direitos a ela assegurados neste CONTRATO ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da COCEL neste Contrato serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: GESTOR DO CONTRATO**

**19.1** - Para efeitos deste Contrato, a COCEL designa como gestor o Gerente do Departamento XXXXXX, Sr. XXXX.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA: FORO**

**20.1** - Para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Campo Largo – PR, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente CONTRATO na data abaixo indicada, em 3 (três) vias, e rubricam os demais documentos de Contrato, os quais foram lidos, achados conforme e aceitos, na presença das testemunhas que também o assinam.

Campo Largo, ..... de ..... de 2018.

**COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL**  
**JOSÉ ARLINDO LEMOS CHEMIN – Diretor Presidente**

\_\_\_\_\_  
 CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:  
 CPF:

Nome:  
 CPF:

GESTOR DO CONTRATO:

\_\_\_\_\_  
 Nome:



# ANEXO XI

## **PLANILHA DE ORÇAMENTO DO PREÇO UNITÁRIO DA UNIDADE DE SERVIÇO (US) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTE, RELIGAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, E VISTORIA DOS CONSUMIDORES QUE EFETUAM A RELIGAÇÃO A REVELIA COM PREENCHIMENTO DE TERMO DE OCORRÊNCIA E INSPEÇÃO – TOI**

### **TURMA: 02 ELEMENTOS 01 VEÍCULO COM ESCADA E 01 ELEMENTO COM MOTOCICLISTA**

Item	<b>A1 - Custo Fixo Mensal</b>	Total
A1.1	Remuneração com Periculosidade	R\$ 4.000,00
A1.2	Encargos Sociais	R\$ 3.622,40
A1.3	Benefícios	R\$ 1.496,40
A1.4	Uniformes e EPIs	R\$ 776,58
A1.5	Treinamento e Qualificação	R\$ 57,05
A1.6	Remuneração Capital de Giro	R\$ 136,66
<b>A1</b>	<b>Total A1 - custo fixo mensal com mão de obra ( A1.1 +A1.2+A1.3+A1.4+A1.5+A1.6 )</b>	<b>R\$ 10.089,09</b>
<b>A2 - Custo Variável Mensal</b>		
A2.1	Horas Extras com periculosidade	R\$ 855,20
A2.2	Sobreaviso	R\$ 1.220,40
A2.3	Encargos Sociais	R\$ 1.879,56
<b>A2</b>	<b>Total A2 - custo variável mensal com Mão de obra ( A2.1+A2.2+A2.3 )</b>	<b>R\$ 3.955,16</b>
<b>A</b>	<b>Total A - custo mensal com mão de obra ( A1+A2 )</b>	<b>R\$ 14.044,25</b>

<b>B - CUSTO COM VEÍCULO</b>		
Item	<b>B1 - Custo Fixo Mensal</b>	Total
B1.1	Licenciamento, IPVA, Seguro Obrigatório	R\$ 97,20
B1.2	Depreciação	R\$ 508,04
B1.3	Remuneração Investimento	R\$ 965,28
B1.4	Lavagem e Limpeza	R\$ 40,00
B1.5	Remuneração Capital de Giro	R\$ 2,43
<b>B1</b>	<b>Total B1 - custo fixo mensal ( B1.1+B1.2+B1.3 +B1.4+B1.5 )</b>	<b>R\$ 1.612,95</b>
<b>B2 - Custo Variável Mensal</b>		
B2.1	Pneus	R\$ 125,35
B2.2	Combustível	R\$ 625,35
B2.3	Lubrificantes	R\$ 21,74
B2.4	Manutenção Mecânica e Elétrica	R\$ 391,96
B2.5	Remuneração Capital de Giro	R\$ 15,63
<b>B2</b>	<b>Total B2 - custo variável mensal ( B2.1+B2.2+B2.3+B2.4+B2.5 )</b>	<b>R\$ 1.180,03</b>
<b>B</b>	<b>Total B - custo mensal com veiculo ( B1+B2 )</b>	<b>R\$ 2.792,98</b>



<b>C – CUSTO COM EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS</b>		
<b>Custo Fixo Mensal</b>		
Item	<b>C1 - Depreciação</b>	Total
C1.1	Equipamentos 120 meses	R\$ 309,17
C 1.2	EPC's vida útil média 12 meses	R\$ 235,07
C1.3	EPC's vida útil média 60 meses	R\$ 550,97
<b>C1</b>	<b>Total C1 – custo fixo mensal (C1.1+C1.2+C1.3)</b>	<b>R\$ 1.095,21</b>
<b>C2- Remuneração</b>		
C2.1	Remuneração de investimento	R\$ 693,30
<b>C2</b>	<b>Total C21 – custo fixo mensal (C2.1)</b>	<b>R\$ 693,30</b>
<b>C</b>	<b>Total C – custo fixo mensal (C1+ C2)</b>	<b>R\$ 1.788,51</b>

<b>D – Custo Mensal para transmissão de voz</b>		
Item	<b>Custo Fixo Mensal</b>	Total
D1	Pacote der Serviços de comunicação móvel para transmissão de dados e voz com Internet 250MB.	R\$ 94,00
D2	Depreciação do equipamento e acessórios	R\$ 62,50
D3	Remuneração Investimento	R\$ 14,25
<b>D</b>	<b>Total D – custo fixo mensal (D1+D2+D3)</b>	<b>R\$ 170,75</b>

Item	<b>E – Custo com Supervisão e Administração</b>	Total
<b>E</b>	Custo com Supervisão e Administração	<b>R\$ 827,69</b>

Item	<b>F – Custo do Serviço</b>	Total
<b>F</b>	<b>Custo do Serviço(A+B+C+D+E)</b>	<b>R\$ 19.624,18</b>

Item	<b>G – Benefícios e Despesas Indiretas</b>	Total
<b>G</b>	O BDI compreende eventuais despesas financeiras, a tributação incidente na margem de remuneração sobre o custo do serviço(lucro) a incerteza do negócio em razão de paralisações na execução dos serviços, entre outros fatores.	<b>R\$ 4.906,04</b>

	<b>H – Preço Mensal Equipe</b>	Total
<b>H</b>	<b>Preço Mensal Serviço ( F+G)</b>	<b>R\$ 24.530,22</b>



	<b><i>I – Produtividade estimada (US)</i></b>	Total
<b><i>I</i></b>	Expectativa de Produção média mensal <i>da equipe de trabalho, em US, verificada ao termino do contrato</i>	<b>1.600</b>

	<b><i>J – Preço Máximo Unidade de Serviço (US)</i></b>	Total
<b><i>J</i></b>	<b><i>Preço Máximo Unidade de Serviço (US) Divisão H por I)</i></b>	<b>R\$ 15,33</b>